



PROJETO DE LEI Nº 53 /2025

*“Dispõe sobre a transação de débitos tributários e não tributários”*

**(PREÂMBULO USUAL)**

**Art. 1º** - Esta Lei estabelece as condições para que o Município de Socorro, por meio da Secretaria dos Negócios Jurídicos e os sujeitos em executivos fiscais ou ainda não executados, com débitos tributários e seus acessórios, bem como sujeitos com débitos não tributários e seus acessórios, devem observar para celebrar transação no período de 01 de maio de 2025 a 30 de setembro de 2025.

**Art. 2º** - São objetivos da presente Lei:

I – dar cumprimento ao estímulo da conciliação, norteados pelos projetos e ações que vem sendo desenvolvidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Resolução CNJ 547 de 22/02/2024 e Tema 1184 do Supremo Tribunal Federal, tendo por objetivo a conjugação de esforços para a racionalização e o julgamento célere dos processos de execução fiscal e débitos ainda não ajuizados;

II – estabelecer mecanismos ágeis e eficientes no sentido de arrecadar tributos e viabilizar a extinção de processos executivos e contenciosos, independentemente de estarem em 1º (primeiro), 2º (segundo) grau ou Tribunais Superiores;

III – fomentar e ampliar soluções de litígios em regime de parceria com os demais órgãos do Poder Judiciário, visando permitir a recuperação ágil de créditos em favor do Município de Socorro, sendo eles tributários ou não, incluindo multas e encargos; diminuir assim, a tramitação e o índice de congestionamento processual nos Tribunais e garantindo a efetiva prestação jurisdicional aos munícipes Socorrenses.



**IV** – propiciar eficiência na tutela do crédito tributário e conferir maior flexibilidade e agilidade ao Departamento Municipal de Tributação, Arrecadação e Fiscalização, em âmbito administrativo, bem como conferir celeridade à atuação da Secretaria dos Negócios Jurídicos, com o propósito de ampliar a capacidade de arrecadação de tributos;

**V** – garantir o crédito tributário, mesmo na situação de crise econômico-financeira do contribuinte, pessoa física ou jurídica, nesta com a preservação da empresa, do emprego dos trabalhadores e públicos correspondentes, respeitando-se, destarte, a função social e o estímulo à sociedade empresária;

**VI** – diminuir a evasão fiscal em todas as suas modalidades, notadamente dando oportunidade ao contribuinte para saldar suas dívidas.

**Art. 3º** - As medidas conciliadoras instituídas por esta Lei para quitação de débitos fiscais ajuizados ou não e não tributários, desde que inscritos em dívida ativa quando de ordem tributária, compreendem redução da multa moratória e dos juros de mora.

**Art. 4º** - O sujeito passivo para usufruir dos benefícios desta Lei, deve celebrar a transação dentro do prazo previsto no art. 1º, ou seja, no período de 01 de maio de 2025 a 30 de setembro de 2025.

**Art. 5º** - A transação implica por parte do contribuinte, de forma irretratável, prévia confissão da dívida, bem como renúncia ou desistência de quaisquer meios de defesas ou impugnações administrativas ou judiciais.

**Parágrafo único.** As despesas processuais correrão por conta do executado, que também, arcará com as demais verbas de honorários, nos termos da Lei.

**Art. 6º** - Os Procuradores Jurídicos do Município e/ou servidores indicados pelo Secretário dos Negócios Jurídicos são autoridades administrativas competentes para cancelar a transação judicial.



**Art. 7º** - O Município de Socorro, por meio da Secretaria dos Negócios Jurídicos e o contribuinte, poderão dar início à transação sempre que atendidos os requisitos previstos nesta Lei, por intermédio de requerimento próprio a ser preenchido pelo contribuinte junto a Dívida Ativa, instruída com todos os documentos necessários à finalidade colimada.

**Art. 8º** - A transação tributária consiste em concessões mútuas por parte do Município de Socorro e do devedor em executivos fiscais ou não, com débitos tributários e seus acessórios, bem como sujeitos com débitos não tributários e seus acessórios, amparada por cláusulas exorbitantes do direito comum, tendo por fim a resolução do litígio judicial ou a quitação do débito.

**Art. 9º** - O percentual de redução das multas moratórias e dos juros de mora, para pagamento por esta Lei, é de:

I – Até 3 (três) parcelas iguais e consecutivas, com a dispensa da multa moratória e dos juros de mora no percentual de 100% (cem por cento); sendo em 3 (três) vezes para parcelamentos efetuados até o mês de julho, em 2 (duas) vezes para parcelamentos efetuados até o mês de agosto e à vista para pagamentos até o mês de setembro;

II – Em 4 (quatro) parcelas iguais e consecutivas, com a dispensa da multa moratória e dos juros de mora no percentual de 90% (noventa por cento), para parcelamentos efetuados até o mês de junho;

III – Em 5 (cinco) parcelas iguais e consecutivas, com a dispensa da multa moratória e dos juros de mora no percentual de 80% (oitenta por cento), para parcelamentos efetuados somente no mês de maio;

**Parágrafo único.** Em todas as formas de parcelamento o pagamento da primeira parcela será a vista.

**Art. 10** - Concomitantemente ao pagamento à vista, o sujeito passivo deverá efetuar o pagamento das custas processuais e das demais verbas de honorários incidentes sobre o valor do crédito tributário favorecido, na forma da Lei.



**Art. 11** - Uma vez realizado o requerimento de transação nos termos do disposto no artigo 9º, o contribuinte deverá realizar o pagamento do crédito tributário e dos honorários no mesmo dia de vencimento do boleto bancário.

**Art. 12** - Recolhido o tributo referente ao exercício transacionado, e devidamente informada a Secretaria dos Negócios Jurídicos sobre a integralização deste junto aos cofres públicos, será solicitado, através de petição junto a Vara Cível onde tramita a execução fiscal relativa ao débito tributário, a extinção do feito quando houver a quitação.

§ 1º - Em se tratando de ação onde seja executado mais de um cadastro por exercício tributário, e sendo a transação parcial, o pedido de extinção especificará somente o cadastro do exercício pago, prosseguindo-se a execução quanto aos demais cadastros e exercícios.

§ 2º - A transação alcançada em cada caso não gera direito subjetivo, nem novação e somente haverá extinção do crédito tributário com o devido pagamento referente a cada exercício.

**Art. 13** – Fica vedado a concessão do benefício de que trata esta Lei aqueles contribuintes envolvidos em fraudes tributárias não atingidas pelos institutos da decadência e prescrição.

**Art. 14** - Fica ainda autorizado aos Procuradores Jurídicos Municipais em caráter normativo, atendido aos mesmos princípios desta lei quanto a celeridade na efetivação da arrecadação tributária, nos termos das atribuições dadas pela Lei Complementar nº 197/2012, a não interponem recurso em face de decisões judiciais que determinem a extinção de Execuções Fiscais, com fundamento no artigo 269, IV do Código de Processo Civil (prescrição), quando:

I – No que se refere a prescrição intercorrente:

- a) intimado o Município sobre a suspensão dos feitos pelo art. 40 da Lei de Execuções Fiscais;
- b) inexistente requerimento da Fazenda, pelo prazo de 6(seis) anos (1 ano de suspensão nos termos do §2º mais 5 anos de arquivamento conforme §4º, ambos do artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais), após a intimação do município.



II – No que se refere a prescrição da ação:

a) o despacho que ordenou a citação tiver sido prolatado anteriormente à edição da Lei Complementar nº 118/2005, que alterou a redação do artigo 174, parágrafo único, inciso I do Código Tributário Nacional;

b) transcorrido prazo superior a 5 (cinco) anos da data da constituição definitiva do crédito tributário, sem citação do executado.

**Parágrafo único.** Também fica autorizado os Procuradores Municipais a requerem a suspensão das execuções fiscais no período desta transação.

**Art. 15** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

  
**Maurício de Oliveira Santos**  
**Prefeito Municipal**



## JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Encaminhamos para apreciação de Vossa Excelência e seus Nobres pares o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre a transação de débitos tributários e não tributários.

O presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir a possibilidade de **transação tributária e não tributária** no âmbito do Município de Socorro, viabilizando mecanismos mais eficientes para a recuperação de créditos públicos, ao mesmo tempo em que proporciona aos contribuintes inadimplentes a oportunidade de regularização de suas pendências fiscais de forma menos onerosa.

A transação tributária é um **instrumento previsto na legislação nacional**, com respaldo na **Resolução CNJ 547/2024**, no **Tema 1184 do Supremo Tribunal Federal (STF)** e na jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, sendo amplamente incentivada como meio de conciliação e solução consensual de litígios. A medida busca alinhar-se às diretrizes do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** para aprimorar a gestão das execuções fiscais, tornando os procedimentos mais céleres e eficazes.

### 1. BENEFÍCIOS AO MUNICÍPIO

O impacto positivo da aprovação desta Lei é notório, tanto do ponto de vista **fiscal** quanto **administrativo**, podendo ser destacados os seguintes aspectos:

#### a) Aprimoramento da Arrecadação e Redução da Inadimplência



Empresas e empreendedores locais poderão manter suas atividades sem comprometer sua sustentabilidade financeira. A Lei assegura a **preservação do crédito tributário sem inviabilizar a continuidade do negócio**, em consonância com os princípios da **função social da empresa e da manutenção dos empregos**.

### c) Evita Penalidades e Restrições

A regularização dos débitos evita penalidades futuras, como inscrição em cadastros de inadimplentes e restrições para participação em licitações públicas, beneficiando **tanto pessoas físicas quanto jurídicas**.

## 3. ASPECTOS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

O projeto segue os princípios da **legalidade, eficiência, economicidade e razoabilidade**, respeitando as diretrizes do **Código Tributário Nacional (CTN)** e da **Lei de Execuções Fiscais**. A transação é compatível com os ditames da **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**, pois não compromete o equilíbrio financeiro do Município e respeita os limites estabelecidos para concessão de benefícios fiscais.

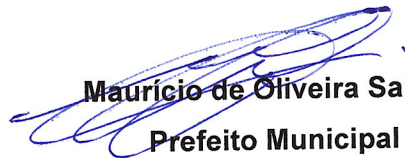
Ademais, a proposta encontra respaldo na jurisprudência consolidada do **STF e do STJ**, que reconhecem a transação tributária como instrumento legítimo de gestão fiscal, desde que observados os requisitos legais.

## 4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, a aprovação deste Projeto de Lei é de **fundamental importância para o Município de Socorro**, pois possibilita a recuperação de créditos, alivia a sobrecarga do Judiciário e incentiva a regularização fiscal, fortalecendo a economia local e garantindo a **justiça fiscal e a equidade tributária**.



Dessa forma, considerando os benefícios que esta iniciativa trará para a administração pública e para os contribuintes, solicitamos a apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei.

  
**Maurício de Oliveira Santos**  
**Prefeito Municipal**